

# **CONSTITUIÇÃO DA GRANDE LOJA MAÇÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO P R E Â M B U L O**

A Maçonaria, Ordem Universal, é constituída por homens de todas as raças e nacionalidades, acolhidos por iniciação e congregados em Lojas, nas quais, auxiliados por símbolos e alegorias, estudam e trabalham para o aperfeiçoamento da Sociedade Humana.

É fundada no Amor Fraternal e na esperança de que, com amor a Deus, à Pátria, à Família e ao próximo, com tolerância e sabedoria, com a constante e livre investigação da Verdade, com a evolução do conhecimento humano pela Filosofia, Ciências e Artes, sob a tríade da Liberdade, Igualdade e Fraternidade e dentro dos princípios da Moral, da Razão e da Justiça, o mundo alcance a felicidade geral e a paz universal.

Desse enunciado, deduz-se o seguinte:

I - a Maçonaria proclama, desde a sua origem, a existência de um Princípio Criador, ao qual, em respeito a todas as religiões, denomina Grande Arquiteto do Universo;

II - a Maçonaria não impõe limites à investigação da verdade e, para garantir essa liberdade, exige de todos a maior tolerância;

III - a Maçonaria é acessível aos homens de todas as raças, classes e crenças, quer religiosas, quer políticas, excetuando as que privem o homem da liberdade de consciência, da manifestação do pensamento, que restrinjam os direitos e a dignidade da pessoa humana e exijam submissão incondicional;

IV - a Maçonaria Simbólica compõe-se de três graus universalmente reconhecidos e adotados: Aprendiz, Companheiro e Mestre;

V - a Maçonaria adota a Lenda do Terceiro Grau;

VI - a Maçonaria, além de combater a ignorância, constitui-se numa escola, impondo-se o seguinte programa:

- a) - obedecer às leis democráticas do País;
- b) - atender aos ditames da honra;
- c) - agir dentro dos princípios da Justiça;
- d) - amar fraternalmente ao próximo;
- e) - trabalhar pelo aprimoramento moral do homem.

VII - A Maçonaria proíbe discussão político partidária e religioso-sectária em seus Templos;

VIII - a Maçonaria adota o Livro da Lei, o Esquadro e o Compasso, considerados como suas Três Luzes Emblemáticas, que deverão estar sobre o Altar dos Juramentos. A par dessa definição e da declaração formal da aceitação dos Landmarks, codificados por Albert Gallatin Mackey, proclama, também, os seguintes princípios:

I- amar a Deus, a Pátria, a Família e a Humanidade;

II - praticar a beneficência de modo discreto;

III - praticar a solidariedade maçônica, nas causas justas, fortalecendo os laços de fraternidade;

IV - defender os direitos e as garantias individuais;

V - considerar o trabalho lícito e digno como dever do homem;

VI - exigir de seus membros boa reputação moral, cívica, social e familiar, para aperfeiçoamento dos costumes;

VII - exigir tolerância para com toda forma de manifestação de consciência, de religião ou de filosofia, cujos objetivos sejam os de conquistar a verdade, a moral, a paz e o bem estar social;

VIII - lutar pelo princípio de equidade, dando a cada um, de acordo com sua capacidade, obras e méritos, o que for justo;

IX - combater o fanatismo, as paixões, o obscurantismo e os vícios.

Os ensinamentos maçônicos ensinam a seus membros dedicarem-se à felicidade de seus semelhantes, não somente pela Razão e Moral lhes imporem tal obrigação, mas também porque esse sentimento de solidariedade os faz irmãos.

## **TÍTULO I**

### **DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º - A Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, pessoa jurídica de Direito Privado, fundada em 2 de julho de 1927, integrada por Maçons congregados em Lojas Simbólicas e a ela subordinadas, é um Corpo da Maçonaria Universal, independente e soberano.

§ 1º - Todos os poderes emanam do povo maçônico e em nome dele são exercidos à luz dos princípios da Maçonaria Universal.

§ 2º - Esta Entidade:

I - é soberana, não sujeita a qualquer outra entidade, autoridade ou corpo maçônico, dentro ou fora do País, e sua Jurisdição abrange todo o território do Estado de São Paulo;

II - tem governo próprio e não pode alienar, renunciar, dividir ou delegar seu poder de Ordem Maçônica, seja por tratados ou por qualquer meio que, na sua Jurisdição ou fora dela, possa, direta ou indiretamente, sujeitá-la à ingerência, intromissão ou domínio de qualquer outro Corpo Maçônico, nacional ou estrangeiro;

III - estabelece suas rendas, que são utilizadas na forma definida em lei;

IV - sem fins lucrativos, também com objetivos filantrópicos, não remunera seu corpo diretivo, deliberativo ou judiciário;

V - mantém relações de fraternidade por tratados, convênios, acordos formais ou não, com outras Grandes Lojas e Corpos Maçônicos ou Paramaçônicos regulares;

VI - pode manter intercâmbio cultural com quaisquer entidades, especialmente as maçônicas, fazendo-se representar como Corpo independente e soberano.

Art. 2º - A Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo tem por finalidade precípua a prática e difusão do simbolismo maçônico, respeitados os Landmarks e obedecidos aos enunciados no preâmbulo, que se integra a esta Constituição.

§ 1º - São também suas finalidades a criação, participação, direção e manutenção de escolas em todos os níveis, asilos, creches, orfanatos, hospitais, fundos beneficentes, centros recreativos, bibliotecas e entidades de caráter filantrópico, beneficente e cultural.

§ 2º - As Lojas pautarão seus estudos e trabalhos nos graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre, dos Ritos Escocês Antigo e Aceito, de Schröder, de São João, Regime Escocês Retificado, de Emulação, compreendendo o Supremo Grande Capítulo dos Maçons da Ordem do Santo Real Arco de Jerusalém, instância do aperfeiçoamento dos Ritos em que o Primeiro Grande Principal ou Sumo Sacerdote será sempre o Grão-Mestre da Grande Loja, Grande Priorato das Ordens Maçônicas do Templo, Grande Colégio do Santo Real Arco dos Cavaleiros Sacerdotes Templários, e todos os outros que venham a ser reconhecidos por sua Assembléia Deliberativa.

Art. 3º - A Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo tem outras designações pelas quais também é conhecida, quer por tradição ou sinonímia maçônica, quer por fatos de sua história desde a fundação. São suas as denominações: "Grandes Lojas do Estado de São Paulo", "Grandes Lojas Maçônicas do Estado de São Paulo", "Sereníssima Grande Loja do Estado de São Paulo", "Grande Loja Unida de São Paulo", "Grande Loja Bandeirantes", "Grande Loja de São Paulo", "Grande Loja Paulista", "Grande Loja", "Grande Loja do Estado de São Paulo" e as siglas "SERENÍSSIMA", "GLMESP" e "GLESP".

Art. 4º - A Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo tem domicílio e sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua São Joaquim, 138 – Liberdade, República Federativa do Brasil.

§ 1º - Nos casos de força maior poderá, provisória e temporariamente, transferir o local de sua administração, por decisão do Grão-Mestre, ouvido o Conselho do Grão-Mestrado e *ad referendum* da Assembleia Deliberativa.

§ 2º - A critério do Grão-Mestre, referendado previamente pela Assembleia Deliberativa, poderá fazer realizar assembleias gerais ordinárias em outras cidades da Jurisdição, atendendo-se às normas de convocação e ordem de trabalhos.

Art. 5º - A Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo é constituída pela união indissolúvel das Lojas Simbólicas de sua Jurisdição.

Art. 6º - O prazo de duração da Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo é indeterminado, bem como ilimitado o número de Lojas e obreiros que a compõem.

§ 1º - A Grande Loja não se dissolverá enquanto houver, pelo menos, 10 (dez) Lojas sob sua Jurisdição, decisão esta a ser adotada em Assembleia regularmente convocada;

§ 2º - Em caso de dissolução, solvidos os compromissos e encargos, seus bens só poderão ser transferidos a terceiros se observada a seguinte prioridade:

- a) - entidades maçônicas regulares;
- b) - entidades para-maçônicas reconhecidas;
- c) - entidades beneficentes ou de assistência social reconhecidas pelo Poder Público na forma da lei.

Art. 7º - São seus símbolos: a Bandeira, o Brasão, o Hino e o Estandarte.

Art. 8º - Os Maçons congregam-se em Lojas, na forma da legislação maçônica, para realizar as tarefas necessárias à consecução de seus objetivos.

Art. 9º - São Poderes da Grande Loja, distintos, independentes e harmônicos entre si, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que se pautarão por esta Constituição, Landmarks e demais leis maçônicas.

Art. 10 - No exercício de mandato eletivo ou de nomeação, é proibida a acumulação dos cargos previstos no Art. 18 desta Constituição, salvo exceção prevista em lei.

Art. 11 - A Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo exerce o governo na Jurisdição por meio de seus poderes constituídos, vedado a qualquer deles delegar atribuições, salvo as exceções previstas nesta Constituição.

Art. 12 - São membros da Grande Loja os Maçons pertencentes aos quadros das Lojas da Jurisdição, respeitadas as disposições legais.

## **TÍTULO II**

### **DO PODER EXECUTIVO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO GRÃO-MESTRE**

Art. 13 - O Poder Executivo é exercido pelo Grão-Mestre, assessorado pelos órgãos instituídos por esta Constituição.

Art. 14 - O Grão-Mestre, com o título de Sereníssimo, é a autoridade suprema da Jurisdição.

§ 1º - No exercício do cargo, é membro efetivo de todas as Lojas da Jurisdição sem, contudo, estar sujeito a qualquer contribuição, exceto as da Beneficência Maçônica, em sua Loja, e isento de frequência às Sessões de sua Oficina durante o mandato.

§ 2º - É eleito pelo sufrágio universal e voto direto, na forma prescrita nesta Constituição e leis complementares.

§ 3º - Seu mandato será de 3 (três) anos, podendo ser reeleito uma vez para um mandato consecutivo.

§ 4º - Quando presente em qualquer reunião, sessão ou assembleia, tem a prerrogativa de presidi-las com pleno exercício das funções, exceto aquelas em que forem apreciados recursos contra atos de sua iniciativa.

§ 5º - Poderá delegar, por escrito, poderes a Mestre Instalado como seu representante especial em sessões magnas maçônicas ou não, conclaves, reuniões ou assembleias.

Art. 15 - O Grão-Mestre, ao tomar posse, constituirá o Conselho do Grão-Mestrado e nomeará os titulares dos cargos administrativos, na forma que dispuser a legislação complementar.

Art. 16 - São atribuições do Grão-Mestre:

I – representar a Grande Loja em todos os atos civis, em juízo ou fora dele;

II - admoestar Lojas e Maçons que cometerem infração legal;

III - apresentar relatório de suas atividades na Sessão da Assembleia Deliberativa de junho de cada ano;

IV – autorizar:

a) - filiação de Lojas, ouvido o Conselho do Grão-Mestrado;

b) - fundação de Lojas;

c) - pagamento de despesas extra-orçamentárias urgentes e inadiáveis;

V - baixar:

a) - atos ou ordens internas de nomeação, substituição ou exoneração de titulares de cargos de sua livre escolha;

b) - atos, circulares, comunicados, ordens e resoluções;

c) - decretos conforme deliberações da Assembleia Deliberativa ou Legislativa;

d) - decretos estabelecendo luto oficial;

e) - decretos urgentes e extraordinários, *ad referendum* da Assembleia Deliberativa, que deverá apreciá-los em sua primeira reunião;

VI – suspender ou cobrir preventivamente de direitos maçônicos, à vista de sindicância ou por ciência própria, comprovada a materialidade, e havendo indícios suficientes de autoria, Lojas ou Maçons que hajam praticado falta disciplinar ou infringido preceitos legais;

VII - conceder:

a) - atestado, para efeito de frequência em sua Loja, a Maçons quando a serviço da Grande Loja;

b) - indultos, ouvido o Conselho do Grão-Mestrado;

c) - ou cassar Cartas Constitutivas Provisórias;

d) - *placet* para iniciação, filiação, regularização, elevação e exaltação ou negá-lo por razões contidas na legislação maçônica;

VIII - convocar:

a) - as Assembleias Constituinte, Deliberativa e Legislativa da Grande Loja, ordinária ou extraordinariamente;

b) - as Comissões Permanentes, extraordinariamente;

c) - reuniões conjuntas de Lojas ou de Maçons, quando julgar de interesse da Grande Loja;

IX - criar:

a) - ou dissolver Triângulos Escoceses ou Heptágonos de Mestres Maçons para missões especiais reservadas, sindicâncias, fundação ou reerguimento de Lojas;

b) - ou extinguir secretarias ou comissões quando julgar necessário, no interesse da administração, salvo as previstas em lei;

X - decidir sobre recomendação do Venerável Colégio;

XI - declarar vago cargo de membro, eleito ou nomeado, da Grande Loja que faltar injustificadamente a 3 (três) sessões consecutivas e nomear seus substitutos, e no caso de membro eleito *ad referendum* da Assembleia Deliberativa;

XII - desenvolver, estabelecer, romper ou restabelecer relações de amizade, reconhecer Potências Maçônicas, ouvida a Comissão de Relações Exteriores e o Conselho do Grão-Mestrado, submetendo tais decisões, a seguir, à Assembleia Deliberativa;

XIII - determinar o cumprimento irrestrito e imediato dos julgados e decisões dos Tribunais Maçônicos, após trânsito em julgado;

XIV - dividir o território da Jurisdição em Regiões e Distritos Maçônicos;

XV - efetuar a consagração de templos novos ou reformados ou credenciar Mestre Instalado para fazê-lo;

XVI - exarar despachos e exercer poderes de administração;

XVII - exercer as prerrogativas dos Landmarks;

XVIII – intervir em Loja quando ocorrerem irregularidades que prejudiquem seu desenvolvimento normal, após relatório do Delegado Regional;

XIX - julgar recursos que a lei definir como administrativos, interpostos por Lojas ou Maçons, podendo, se assim entender, encaminhá-los a quem de direito;

XX - mandar publicar no Boletim Informativo:

a) - balanço e contas de entidades que funcionem sob a égide da Grande Loja;

b) - matéria litúrgica, ritualística ou regulamentar, de interesse dos Maçons;

c) - matéria que houver sido adiada por solicitação do Grande Orador, a qual constará da Ordem do Dia da primeira reunião da Assembleia Deliberativa;

d) - previsão orçamentária, o balancete mensal e o Balanço Geral;

e) - propostas de admissão, filiação, regularização, suspensão, demissão, eliminação e rejeição de profanos;

- f) - quadro demonstrativo mensal do orçamento, com sua evolução;
- g) - veto fundamentado às leis e resoluções aprovadas pela Assembleia Legislativa;
- XXI - nomear:
  - a) - comissão de Instalação e Posse, a seu exclusivo critério;
  - b) - comissões de filiações ou regularizações de Lojas;
  - c) - e exonerar, dentre Mestres Instalados, os titulares e adjuntos relacionados no
- Art. 18, inciso IV e parágrafo 3º, bem como os Delegados Regionais e Distritais;
- d) e extinguir conselhos de Mestres Instalados;
- e) e substituir os Grandes Representantes junto a outras Potências Maçônicas, mediante indicação do Grande Secretário de Relações Exteriores, ouvido antes o Conselho do Grão-Mestrado;
- f) Venerável Mestre provisório até a realização de nova eleição, quando a decisão do Tribunal Eleitoral Maçônico for contrária à posse do eleito;
- g) Venerável Mestre provisório, quando da fundação de Loja;
- XXII - regulamentar, quando necessário, leis e resoluções aprovadas pela Assembleia Legislativa ou Deliberativa;
- XXIII - requisitar livros e documentos das Lojas, os quais não poderão ser negados, sob pena de suspensão do Venerável e do Secretário;
- XXIV - sancionar ou vetar, no todo ou em parte, dentro de 30 (trinta) dias, as leis e resoluções aprovadas pela Assembleia Legislativa, devendo o veto ser fundamentado, publicado no Boletim Informativo e enviado, no mesmo prazo para sua apreciação na próxima Assembleia, com o Parecer da Comissão de Leis;
- XXV – ser responsável pela administração da imprensa maçônica;
- XXVI – suspender os trabalhos na Jurisdição, quando justificado por motivo de força maior ou de interesse da Grande Loja;
- XXVII – transmitir a Palavra Semestral ao Grande Secretário de Relações Exteriores;
- XXVIII - admitir ou dispensar empregados na conformidade da legislação trabalhista vigente e observadas as condições orçamentárias da Grande Loja.
- § 1º. – Sob pena de cancelamento da medida punitiva, o ato previsto no inciso VI deverá ser encaminhado no prazo de 15 (quinze) dias ao Procurador Geral da Justiça Maçônica para instauração de processo.
- § 2º. - O Procurador Geral da Justiça Maçônica, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação a que se refere o parágrafo anterior, encaminhará o processo ao Tribunal competente.

Art. 17 – O Grão-Mestre assina em conjunto:

I – com o Grande Tesoureiro ou Grande Tesoureiro Adjunto:

a - o recebimento de importâncias devidas à Grande Loja, a qualquer título que não seja o de administração ordinária;

b - cheques, ordens de pagamentos, vales postais e quaisquer outros documentos financeiros;

II - com o Grande Secretário do Patrimônio, contratos ou escrituras de compra ou venda e documentos de aceitação de doação de bens móveis e imóveis à Grande Loja, tudo de acordo com as restrições impostas pelos artigos 133 e 134 desta Constituição.

# **TÍTULO III**

## **DA ADMINISTRAÇÃO DA GRANDE LOJA**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 18 - A Administração da Grande Loja é composta pelos seguintes cargos:

I - Grandes Dignitários:

1 - Grão-Mestre;

2 - Grão-Mestre Adjunto;

II - Grandes Luzes:

3 - Grande 1º Vigilante;

4 - Grande 2º Vigilante;

III - Grandes Oficiais Eleitos:

5 - Grande Orador;

6 - Grande Orador Adjunto;

7 - Grande Tesoureiro;

8 - Grande Tesoureiro Adjunto;

IV - Grandes Oficiais nomeados:

9 - Grande Secretário das Relações Interiores;

10 - Grande Secretário das Relações Interiores Adjunto;

11 - Grande Secretário das Relações Exteriores;

12 - Grande Secretário das Relações Exteriores Adjunto;

13 - Grande Secretário do Patrimônio;

14 - Grande Secretário do Patrimônio Adjunto;

15 - Grande Secretário de Cultura;

16 - Grande Secretário de Relações Institucionais;

17 - Grande Secretário de Entidades Paramaçônicas;

18 - Grande Secretário de Comunicações;

19 - Grande Secretário de Eventos;

20 - Grande Hospitaleiro;

21 - Grande Hospitaleiro Adjunto;

22 - Grande Mestre de Cerimônias;

23 - Grande Mestre de Cerimônias Adjunto;

24 - Grande 1º Diácono;

25 - Grande 1º Diácono Adjunto;

26 - Grande 2º Diácono;

27 - Grande 2º Diácono Adjunto;

28 - Grande Porta-Bandeira;

29 - Grande Porta-Bandeira Adjunto;

30 - Grande Porta-Estandarte;

31 - Grande Porta-Estandarte Adjunto;

32 - Grande Porta-Espada;



- 33 - Grande Porta-Espada Adjunto;
- 34 - Grande Arquiteto;
- 35 - Grande Arquiteto Adjunto;
- 36 - Grande Bibliotecário;
- 37 - Grande Bibliotecário Adjunto;
- 38 - Grande Mestre de Banquetes;
- 39 - Grande Mestre de Banquetes Adjunto;
- 40 - Grande Guarda do Templo;
- 41 - Grande Guarda do Templo Adjunto;
- 42 - Grande Cobridor;
- 43 - Grande Cobridor Adjunto;
- 44 - Grande Mestre de Harmonia;
- 45 - Grande Mestre de Harmonia Adjunto.

§ 1º - Além dos cargos enumerados neste artigo, também integram a Administração da Grande Loja:

a - as Comissões Permanentes;

b - os ex-Grão-Mestres e os ex-Grão-Mestres Adjuntos que hajam exercido o cargo em caráter efetivo e que estejam em atividade maçônica e em pleno uso e gozo de seus direitos e prerrogativas maçônicas;

c - o Conselho do Grão-Mestrado.

§ 2º - Os cargos constantes nos incisos I, II e III deste artigo são providos por eleição, todos os demais, inclusive os membros do Conselho do Grão-Mestrado, por nomeação do Grão-Mestre.

§ 3º - As Comissões Permanentes, compostas de 7 (sete) membros cada, sendo 4 (quatro) por eleição e 3 (três), por nomeação do Grão-Mestre, são:

I - de Leis;

II - de Assuntos Gerais;

III - de Economia e Finanças;

IV - de Beneficência Maçônica;

V - de Relações Exteriores;

VI - de Liturgia.

Art. 19 - Os membros da Administração da Grande Loja devem ser Mestres Instalados regulares das Lojas da Jurisdição.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS INCOMPATIBILIDADES**

Art. 20 - É incompatível o exercício de cargo, ressalvado o disposto pelo parágrafo único deste artigo:

I - de integrantes da administração da Grande Loja, com qualquer outro cargo eletivo;

II - de Grande Orador e Grande Orador Adjunto com qualquer outro cargo, exceto com os de Procurador Geral da Justiça Maçônica e Procurador Geral Adjunto da Justiça Maçônica, respectivamente;

III - de Grande Hospitaleiro e Grande Hospitaleiro Adjunto com o de membro da Comissão de Economia e Finanças e Solidariedade;

IV - de membro da Administração da Grande Loja com o de representante de Loja;

V - de representante de mais de uma Loja;

VI - de Delegado do Grão-Mestre com o de qualquer outro cargo, em Loja de sua Região ou Distrito;

VII - de membros do Poder Judiciário com qualquer outro cargo;

VIII - de membros da Administração da Grande Loja com a de seu respectivo funcionário remunerado;

IX - de membros da Administração de Loja, com a de seu funcionário remunerado.

Parágrafo Único - Não haverá incompatibilidade de qualquer espécie entre os cargos do Conselho de Mestres Instalados de Loja, com qualquer outro, quer da Grande Loja, quer de Loja.

### **CAPÍTULO III**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA**

### **ADMINISTRAÇÃO DA GRANDE LOJA**

Art. 21 - Do GRÃO-MESTRE - O Grão-Mestre tem as atribuições e prerrogativas constantes desta Constituição, dos Landmarks e das demais Leis da Grande Loja.

Art. 22 - Do GRÃO-MESTRADO ADJUNTO - O Grão-Mestre Adjunto é substituto legal do Grão-Mestre e terá todas as atribuições e prerrogativas a este atribuídas, quando no exercício do cargo de Grão-Mestre.

Parágrafo Único - É presidente nato do Venerável Colégio, da Beneficência Maçônica e da Assembleia Legislativa, com as ressalvas legais.

Art. 23 - Dos GRANDES VIGILANTES - Os Grandes Vigilantes, pela ordem, substituem o Grão-Mestre Adjunto em caso de vacância, ausência ou impedimento e têm sua competência estabelecida em lei. O Grande Segundo Vigilante substitui o Primeiro.

Art. 24 - Do GRANDE ORADOR - Ao Grande Orador compete cumprir e fazer cumprir as leis da Grande Loja e opor-se, de ofício, a todo ato ou deliberação contrários à Constituição e às leis.

Parágrafo Único - É o Procurador Geral da Justiça Maçônica e oficiará perante o Superior Tribunal Maçônico.

Art. 25 - Do GRANDE ORADOR ADJUNTO - O Grande Orador Adjunto é o substituto legal do Grande Orador em caso de vacância, licença, falta ou impedimento e terá todas as atribuições conferidas ao titular, quando no exercício do cargo.

Parágrafo Único - É o Procurador da Justiça Maçônica perante o Tribunal Maçônico de Recursos e Tribunal Eleitoral Maçônico.

Art. 26 - Do GRANDE TESOUREIRO - O Grande Tesoureiro é o guarda fiel de todos os valores financeiros da Grande Loja, além das atribuições previstas em lei.

Art. 27 - À Grande Secretaria Geral, subordinada diretamente ao Grão-Mestre, caberá o atendimento do expediente de todos os órgãos da Grande Loja, dos Tribunais, das Grandes Secretarias e das Comissões, permanentes ou não, bem como dos próprios serviços gerais e atuará como o estabelecido no Regulamento.

Art. 28 - Do GRANDE SECRETÁRIO DAS RELAÇÕES INTERIORES - O Grande Secretário das Relações Interiores exerce as atribuições previstas em lei e a direção dos trabalhos desta Grande Secretaria.

Art. 29 - Do GRANDE SECRETÁRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - O Grande Secretário das Relações Exteriores exerce as atribuições previstas em lei e a direção dos trabalhos desta Grande Secretaria.

Art. 30 - Do GRANDE SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO - O Grande Secretário do Patrimônio administra os bens móveis e imóveis da Grande Loja e os a ela submetidos.

Art. 31 - Do GRANDE SECRETÁRIO DA CULTURA - O Grande Secretário da Cultura exerce as atribuições previstas em lei e a direção dos trabalhos desta Grande Secretaria.

Art. 32 - Do GRANDE SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - O Grande Secretário de Relações Institucionais exerce as atribuições previstas em lei e a direção dos trabalhos desta Grande Secretaria.

Art. 33 - Do GRANDE SECRETÁRIO DE ENTIDADES PARAMAÇÔNICAS - O Grande Secretário de Entidades Paramaçônicas exerce as atribuições previstas em lei e a direção dos trabalhos desta Grande Secretaria.

Art. 34 - Do GRANDE SECRETÁRIO DE EVENTOS - O Grande Secretário de Eventos exerce as atribuições previstas em lei e a direção dos trabalhos desta Grande Secretaria.

Art. 35 - Do GRANDE SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÕES - O Grande Secretário de Comunicações exerce as atribuições previstas em lei e a direção dos trabalhos desta Grande Secretaria.

Art. 36 - Dos DEMAIS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO DA GRANDE LOJA – Os demais membros da Administração da Grande Loja desempenham as funções regulamentares e ritualísticas peculiares a cada cargo.

Art. 37 – Os adjuntos substituirão os titulares em suas faltas, licenças e impedimentos e, quando no exercício do cargo, têm as mesmas prerrogativas e deveres daqueles.

Parágrafo Único - Os adjuntos auxiliarão os respectivos titulares, quando convocados por estes.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA**

Art. 38 - O exercício econômico e financeiro inicia-se no dia 1º de julho de cada ano e encerra-se no dia 30 de junho do ano seguinte, salvo quando ocorrer a posse do novo Grão-Mestre, caso em que o encerramento se dará na data da posse.

Art. 39 - A Receita e a Despesa ficarão adstritas à previsão orçamentária elaborada anualmente pelo Executivo e serão contabilizadas pela Grande Tesouraria e submetida à aprovação da Assembleia Legislativa.

§ 1º - A previsão orçamentária será apresentada à Assembleia Legislativa do mês de junho e, se aprovada, vigorará a partir do dia 1º de julho de cada ano.

§ 2º - Se a previsão orçamentária não for aprovada, prorrogar-se-á automaticamente a anterior, reajustados seus valores de acordo com o maior índice oficial de correção.

§ 3º - A previsão orçamentária não poderá ser aprovada com *deficit*.

§ 4º - A Receita e a Despesa da Grande Loja, sob a forma de balanço geral e anexos, serão submetidas à Assembleia Legislativa.

Art. 40 - A Receita da Grande Loja é constituída por:

I - taxas e contribuições;

II - subvenções;

III - donativos e legados;

IV - rendas patrimoniais;

V - direitos autorais;

VI - juros e rendimentos;

VII - outras receitas.

Art. 41 - Constituem patrimônio da Grande Loja:

I - bens móveis e imóveis;

II - títulos de rendas e valores;

III - saldos financeiros;

IV - bens de Lojas dissolvidas,

V - outros bens e valores.

Art. 42 - O orçamento da Grande Loja consignará dotações destinadas a atender separadamente as despesas com o funcionamento do Venerável Colégio, da Ação Social Maçônica, dos Tribunais, das Grandes Secretarias, Grande Hospitalaria, despesas administrativas, Imprensa Maçônica, Comissões e Entidades Paramaçônicas.

Art. 43 - Os recursos financeiros da Grande Loja, mediante aprovação prévia do Conselho do Grão-Mestrado, devem ser depositados em estabelecimentos de créditos oficiais, por meio dos quais deverão ser feitas as suas operações econômicas e financeiras.

## **TÍTULO IV DAS ASSEMBLEIAS**

### **CAPÍTULO I DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E SUA COMPETÊNCIA**

Art. 44 - O Poder Legislativo da Grande Loja é exercido pela Assembleia Legislativa e se compõe pelos representantes legais das Lojas.

Art. 45 - As Sessões Legislativas, sempre no grau de Mestre Maçom, realizam-se, ordinariamente, no terceiro sábado dos meses de março, junho, setembro e dezembro, convocadas por edital, com a presença de 30% (trinta por cento) das Lojas da Jurisdição, por seu representante legal com direito a voto, em primeira convocação ou com 10% (dez por cento) das Lojas, em segunda convocação que se realizará trinta (30) minutos após a primeira e, extraordinariamente, por edital de convocação e prancha-circular, com antecedência de 15(quinze) dias da data da reunião, para tratar de assuntos objeto da convocação e com o mesmo *quorum*.

Parágrafo Único - Poderão ser convocadas pelo Grão-Mestre ou, no mínimo, por 1/5 (um quinto) das Lojas regulares da Jurisdição e nelas somente poderão ser discutidos os assuntos constantes no edital de convocação.

Art. 46 - A Assembleia Legislativa é presidida pelo Grão-Mestre Adjunto e, na sua falta, ausência ou impedimento, pelos Grandes Vigilantes, respeitada a hierarquia e as limitações legais. Os demais cargos serão preenchidos pelos eleitos ou nomeados para a Administração da Grande Loja.

Parágrafo único - O Presidente da Assembleia Legislativa e os ocupantes de cargos não podem fazer uso da palavra para defender ou criticar matéria em debate e não têm direito a voto, exceto o Presidente que terá voto de desempate.

Art. 47 - Os representantes legais das Lojas têm direito à palavra e cada Loja tem direito a um voto.

§ 1º - As deliberações são tomadas por maioria simples de votos presentes, salvo as restrições previstas nesta Constituição. (Artigos 48 § 4º, 50 Parágrafo único, 52 § 3º, 53 Parágrafo único, 133 e 144).

§ 2º - Em caso de empate será realizado novo escrutínio, com intervalo de 10 (dez) minutos. Persistindo este, o voto decisivo caberá ao Presidente.

Art. 48 - Os projetos de lei aprovados pela Assembleia Legislativa, dentro de 10 (dez) dias serão encaminhados ao Grão-Mestre para sanção.

§ 1º - Se o Grão-Mestre os julgar inconstitucionais, contrários ao interesse ou princípios da Ordem, exercerá o direito de veto, total ou parcial, justificando-o.

§ 2º - O projeto será considerado sancionado se, dentro de trinta dias da data do recebimento pela Grande Secretaria Geral, não houver pronunciamento do Poder Executivo.

§ 3º - No caso do parágrafo primeiro, o Grão-Mestre convocará, dentro de 30 (trinta) dias, Sessão extraordinária para apreciação do veto, sob pena de ser considerado

sancionado o projeto.

§ 4º - O veto só poderá ser rejeitado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes com direito a voto.

Art. 49 - A iniciativa das leis cabe ao Grão-Mestre e às Lojas.

Parágrafo Único - As Lojas podem legislar, supletiva e internamente, sobre matéria financeira, previdenciária e administrativa de sua competência.

Art. 50 - Compete a Assembleia Legislativa:

I - apreciar e votar leis complementares;

II - apreciar e votar leis ordinárias;

III - votar o orçamento;

IV - criar taxas ou contribuições, ordinárias e extraordinárias;

V - apreciar e votar as contas da Grande Loja.

Parágrafo único - Os assuntos referidos neste artigo, quando rejeitados, só poderão ser objeto de nova apreciação após 12 (doze) meses, salvo se houver apoio de 2/3 (dois terços) dos presentes com direito a voto, para reapresentação e reapreciação da matéria após 90 (noventa) dias.

Art. 51 - A apreciação de projetos pelas Comissões far-se-á em até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo na Grande Secretaria Geral.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ASSEMBLEIA DELIBERATIVA E SUA COMPETÊNCIA**

Art. 52 - A Assembleia Deliberativa é composta pelos membros da Administração da Grande Loja e pelos representantes legais das Lojas, com a presença de 30% (trinta por cento) das Lojas da Jurisdição, por seu representante legal com direito a voto, em primeira convocação ou com 10% (dez por cento) das Lojas, em segunda convocação que se realizará trinta (30) minutos após a primeira. As Sessões realizam-se nas mesmas datas das Legislativas, sempre no grau de Mestre Maçom e a forma de sua convocação, ordinária ou extraordinária, será a mesma da Assembléia Legislativa. É presidida pelo Grão-Mestre e, na sua falta, ausência ou impedimento, pelo Grão-Mestre Adjunto ou pelos substitutos legais, respeitadas as restrições. Os demais cargos serão preenchidos pelos eleitos ou nomeados para a Administração da Grande Loja.

§ 1º - As Lojas votam por um de seus representantes legais e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos presentes, guardadas as restrições previstas nesta Constituição.

§ 2º - Somente poderão ser discutidos os assuntos constantes no edital de convocação.

§ 3º - Em caso de empate na votação será realizado novo escrutínio com intervalo de 10 (dez) minutos. Persistindo este, o voto decisivo caberá ao Presidente.

§ 4º - As matérias não aprovadas, satisfeitas as exigências, poderão ser apresentadas em outra Assembleia.

§ 5º - O Presidente da Assembleia Deliberativa e os ocupantes de cargos podem fazer uso da palavra para defender ou criticar matéria em debate, sem direito a voto, exceto o Presidente que somente votará em caso de empate.

Art. 53 - Compete à Assembleia Deliberativa:

I - zelar, dentro da Jurisdição, pela fiel observância dos Landmarks, das Leis, dos Princípios e da Doutrina do Simbolismo;

II - autorizar a expedição de Carta Constitutiva Definitiva;

III - autorizar o Grão-Mestre a celebrar e denunciar tratados e convenções com outras Potências;

IV - declarar irregularidade, adormecimento ou suspensão de Lojas, após processo regular;

V – autorizar contribuições e donativos a instituições maçônicas regulares, para-maçônicas reconhecidas ou entidades beneficentes ou de assistência social reconhecidas pelo Poder Público na forma da lei, por proposta do Grão-Mestre, ouvidas as Comissões de Beneficência Maçônica e de Economia e Finanças;

VI - reduzir ou dispensar, eventualmente, contribuições de qualquer natureza, pertencentes à receita da Grande Loja;

VII - criar títulos honoríficos e distinções para comemorar acontecimentos maçônicos ou profanos, instituindo insígnias e medalhas;

VIII - conferir as honrarias do inciso anterior a Lojas, Maçons ou profanos, para galardoar atos meritórios em prol da Instituição ou da Humanidade;

IX - manter a integridade da Instituição;

X - assegurar o livre exercício dos poderes maçônicos da Grande Loja e das Lojas;

XI – conceder anistia, ouvidas as Comissões Permanentes competentes;

XII - aprovar a criação ou extinção de grandes secretarias, exceto as permanentes;

XIII – conceder prévia autorização para instauração de processos contra o Grão-Mestre, Grão-Mestre Adjunto, Past Grão-Mestres, Past Grão-Mestres Adjuntos e os demais membros eleitos da Administração, ouvida a Comissão Permanente de Leis;

XIV - deliberar sobre matéria não prevista na Constituição e outras leis, observados os princípios normativos da Ordem Maçônica;

XV - autorizar o Grão-Mestre a se licenciar do cargo pelo prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias;

XVI - ao tomar conhecimento de divulgações indevidas promovidas por Lojas, nos meios profanos ou não, representar ao Grão-Mestre, para que este tome as providências pertinentes.

Parágrafo Único - Para a autorização a que se refere o inciso XIII, é necessária a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos presentes, com direito a voto.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE**

Art. 54 - O Poder Constituinte da Grande Loja é composto pelos representantes legais das Lojas.

Parágrafo único - Poderá ser convocado pelo Grão-Mestre, de conformidade com os Art. 16, inciso VIII, alínea a, ou por Lojas Constituídas, de acordo com o disposto pelo Art.

144, ambos desta Constituição.

## **TÍTULO V**

### **DO PODER JUDICIÁRIO**

Art. 55 - São órgãos do Poder Judiciário da Grande Loja:

I - o Superior Tribunal Maçônico

II - o Tribunal Maçônico de Recursos

III - o Tribunal Eleitoral Maçônico

IV - Justiça de Primeira Instância, com Lojas da mesma Região Maçônica.

§ 1º - O Superior Tribunal Maçônico, o Tribunal Maçônico de Recursos e o Tribunal Eleitoral Maçônico organizar-se-ão em Turmas compostas por três Juízes cada, sob a presidência do que tiver maior idade maçônica.

§ 2º - Os Tribunais pautarão os trabalhos por seu Regimento Interno.

§ 3º - A Justiça Maçônica é competente para julgar qualquer membro filiado à Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo por ilícitos cometidos em jurisdição de qualquer Corpo ou Potências Maçônicas, ou ainda na vida profana, com sentença judicial transitada em julgado.

## **CAPÍTULO I**

### **DO SUPERIOR TRIBUNAL MAÇÔNICO**

Art. 56 - O Superior Tribunal Maçônico compõe-se de doze Ministros efetivos e seis suplentes, todos Mestres Instalados, eleitos trienalmente.

Parágrafo único - Haverá, obrigatoriamente e a cada triênio, renovação de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos membros eleitos, inelegíveis os que exerceram o mandato por 2 (dois) períodos sucessivos.

Art. 57 - O Superior Tribunal Maçônico reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, por convocação do Ministro Presidente.

Parágrafo único - O *quorum* mínimo para as Sessões plenárias do Superior Tribunal Maçônico é de 2/3 (dois terços) de seus membros efetivos.

Art. 58 - A Presidência e a Vice-Presidência do Superior Tribunal Maçônico são exercidas por dois de seus membros efetivos, maiores de 33 anos de idade, necessariamente bacharéis em Direito e com mais de 10 (dez) anos de Maçonaria, eleitos por seus pares para o período administrativo da Grande Loja.

Parágrafo único - Na falta ou impedimento do Ministro Presidente assumirá a presidência o Ministro Vice-Presidente e, na falta deste, o Ministro efetivo decano em idade maçônica.

Art. 59 - Ao Ministro Presidente do Superior Tribunal Maçônico, além do voto a que tem direito nas reuniões plenárias, cabe o de desempate.

Parágrafo Único - O Ministro suplente só poderá debater e votar quando estiver



substituindo membro efetivo.

Art. 60 - A vacância do cargo de Ministro efetivo ou suplente do Superior Tribunal Maçônico dá-se por morte, pela renúncia, por tornar-se irregular, por falta não justificada a duas Sessões consecutivas ou quatro alternadas no período de um ano, se regularmente convocado.

Art. 61 - O Secretário do Superior Tribunal Maçônico, escolhido pelos Ministros e nomeado pelo Ministro Presidente, deve ser Mestre Instalado regular.

Art. 62 - Compete ao Superior Tribunal Maçônico:

I – julgar o Grão-Mestre, o Grão-Mestre Adjunto, os ex-Grão-Mestres, os ex-Grão-Mestres Adjuntos e os demais membros eleitos da Administração, atendido o inciso XIII do art. 53;

II - julgar seus próprios membros, efetivos ou suplentes e os dos Tribunais Maçônicos;

III – julgar ações rescisórias das decisões emanadas pelo Tribunal Maçônico de Recursos e Superior Tribunal Maçônico;

IV - julgar os recursos interpostos de decisões do Tribunal Maçônico de Recursos;

V - julgar os recursos interpostos de decisões do Tribunal Eleitoral Maçônico;

VI - declarar a inconstitucionalidade de leis, decretos, atos do Grão-Mestre e decisões de outros Tribunais Maçônicos;

VII - julgar mandado de segurança contra atos do Grão-Mestre e de outros Tribunais Maçônicos.

## **CAPÍTULO II**

### **DO TRIBUNAL MAÇÔNICO DE RECURSOS**

Art. 63 - O Tribunal Maçônico de Recursos compõe-se de doze juízes efetivos e seis suplentes, todos Mestres Instalados, eleitos trienalmente.

Parágrafo Único - Haverá, obrigatoriamente e a cada triênio, renovação de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos membros eleitos, inelegíveis os que exerceram o mandato por 2 (dois) períodos sucessivos.

Art. 64 - O Tribunal Maçônico de Recursos reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Juiz Presidente.

Parágrafo Único - O *quorum* mínimo para as Sessões plenárias do Tribunal Maçônico de Recursos é de 2/3 (dois terços) de seus membros efetivos.

Art. 65 – A Presidência e a Vice-Presidência do Tribunal Maçônico de Recursos são exercidas por dois de seus membros efetivos, maiores de 33 anos de idade, necessariamente bacharéis em Direito e com mais de 10 (dez) anos de Maçonaria, eleitos por seus pares para o período administrativo da Grande Loja.

Parágrafo Único - Na falta ou impedimento do Juiz Presidente, assumirá a presidência o Juiz Vice-Presidente e, na falta deste, o Juiz efetivo decano em idade maçônica.

Art. 66 - Ao Juiz Presidente do Tribunal Maçônico de Recursos, além do voto a que tem direito nas reuniões plenárias, cabe o de desempate.

Parágrafo Único - O Juiz suplente só poderá debater e votar quando estiver substituindo um membro efetivo.

Art. 67 - A vacância do cargo de Juiz efetivo ou suplente do Tribunal Maçônico de Recursos dá-se por morte, pela renúncia, por tomar-se irregular, por falta não justificada a duas Sessões consecutivas ou quatro alternadas no período de um ano, se regularmente convocado.

Art. 68 - O Secretário do Tribunal Maçônico de Recursos, escolhido pelos Juízes e nomeado pelo Juiz Presidente, deve ser Mestre Instalado regular.

Art. 69 - Compete ao Tribunal Maçônico de Recursos, ressalvado o disposto pelo Art. 62:

I - julgar os membros nomeados da Administração da Grande Loja;

II - julgar Veneráveis e Vigilantes das Lojas;

III - julgar Mestres Instalados;

IV - julgar os atos referidos no inciso VI do artigo 16;

V - julgar recursos interpostos de decisões do Juizado de Primeira Instância;

VI - julgar Mandado de Segurança;

VII - declarar a inconstitucionalidade de decisões de Primeira Instância;

### **CAPÍTULO III DO TRIBUNAL ELEITORAL MAÇÔNICO**

Art. 70 - O Tribunal Eleitoral Maçônico compõe-se de doze juízes efetivos e seis suplentes, todos Mestres Instalados, eleitos trienalmente.

Parágrafo Único - Haverá, obrigatoriamente e a cada triênio, renovação de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos membros eleitos, inelegíveis os que exerceram o mandato por 2 (dois) períodos sucessivos.

Art. 71 - O Tribunal Eleitoral Maçônico reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Juiz Presidente.

Parágrafo Único - O *quorum* mínimo para as Sessões será de 2/3 (dois terços) de seus membros efetivos ou suplentes, salvo no caso de adiamento da posse do Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto, por motivo relevante, quando o *quorum* mínimo para apreciar a questão será de 10 (dez) Juízes.

Art. 72 - A Presidência e a Vice-Presidência do Tribunal Eleitoral Maçônico são exercidas por membros dois de seus membros efetivos, maiores de 33 anos de idade, necessariamente bacharéis em Direito e com mais de 10 (dez) anos de Maçonaria, eleitos por seus pares para o período administrativo da Grande Loja.

Parágrafo Único - Na falta ou impedimento do Juiz Presidente assumirá a presidência o Juiz Vice-Presidente e, na falta deste, o Juiz efetivo decano em idade maçônica.

Art. 73 - Ao Juiz Presidente do Tribunal Eleitoral Maçônico, além do voto a que tem direito, cabe o de desempate.

Parágrafo Único - O Juiz suplente só poderá debater e votar quando estiver substituindo membro efetivo.

Art. 74 - A vacância do cargo de Juiz efetivo ou suplente do Tribunal Eleitoral Maçônico dá-se por morte, pela renúncia, por tornar-se irregular, por falta não justificada a duas Sessões consecutivas ou quatro alternadas no período de um ano, se regularmente convocado.

Art. 75 - O Secretário do Tribunal Eleitoral Maçônico, escolhido pelos Juízes e nomeado pelo Juiz Presidente, deverá ser Mestre Instalado regular.

Art. 76 - Compete ao Tribunal Eleitoral Maçônico:

I - julgar arguição de inelegibilidade e incompatibilidade;

II - conhecer do pedido e decidir sobre a legalidade do registro de candidatos a Grão-Mestre, Grão-Mestre Adjunto, Primeiro e Segundo Grande Vigilantes; Grande Orador, Grande Orador Adjunto, Grande Tesoureiro, Grande Tesoureiro Adjunto;

III - julgar recursos em matéria eleitoral interpostos por Lojas ou por Maçons;

IV - julgar atos e incidentes eleitorais ocorridos na Grande Loja e nas Lojas;

V - julgar processos eleitorais das Lojas;

VI - proceder as eleições da Administração da Grande Loja e apurá-las;

VII - elaborar instruções para realização de eleições, fazendo cumprir as disposições do Código Eleitoral;

VIII - proclamar os eleitos.

Parágrafo Único - O Código Eleitoral Maçônico disciplinará todos os procedimentos eleitorais.

Art. 77 - O Juiz Presidente poderá nomear Mestre Instalado como representante do Tribunal, em eleições para a administração da Grande Loja, nas Lojas, bem como convocar os Mestres Maçons que se tornarem necessários aos serviços eleitorais.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA JUSTIÇA MAÇÔNICA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

Art. 78 - Lojas de uma mesma Região Maçônica constituem a Justiça Maçônica de Primeira Instância, com competência para julgar membros das Lojas da Região, excluídas as decisões administrativas de competência das Lojas. O Juiz instrutor, o promotor e o escrivão serão escolhidos pelo Conselho de Mestres Instalados da Região, dentre os "Past Masters" que ali atuam maçonicamente.

§ 1º - A composição do Conselho, definida a forma processual nas leis complementares, é de 7 (sete) Mestres Instalados da Região Maçônica, com frequência mínima, em sua Loja, de 50 (cinquenta por cento) nos últimos 12 (doze) meses, sorteados entre os presentes à Sessão de julgamento.

§ 2º - A Região Maçônica que não possuir Mestres Instalados em número suficiente

para o julgamento, pedirá ao Grão-Mestre que indique os necessários à sua realização.

Art. 79 - Das decisões de Primeira Instância caberá recurso ao Tribunal Maçônico de Recursos.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA MAÇÔNICA**

Art. 80 – O Ministério Público Maçônico, instituição permanente e essencial à função jurisdicional da Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, é composto pelos seguintes cargos:

I – Procurador Geral da Justiça Maçônica;

II – Procurador da Justiça Maçônica;

III – Procuradores Suplentes da Justiça Maçônica.

Parágrafo único – Os Procuradores Suplentes da Justiça Maçônica, Mestres Instalados, serão nomeados pelo Sereníssimo Grão-Mestre como 1º, 2º e 3º Suplentes, os quais officiarão respectivamente perante o Superior Tribunal Maçônico, o Tribunal Maçônico de Recursos e o Tribunal Eleitoral Maçônico, como substitutos legais do Procurador Geral da Justiça Maçônica e do Procurador da Justiça Maçônica, em caso de vacância, licença, falta ou impedimentos destes, e terão todas as atribuições conferidas ao titular quando convocados pelo Tribunal previamente para a Sessão e empossados no cargo.

## **TÍTULO VI**

### **DAS LOJAS**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

Art. 81 - Loja Maçônica é uma associação de Maçons em número ilimitado, organizada de conformidade com os preceitos da legislação maçônica.

Parágrafo único - A Loja deverá ter personalidade jurídica, nos termos da lei civil, e receberá o tratamento de Augusta e Respeitável Loja Simbólica.

Art. 82 - As Lojas funcionam conforme os princípios estabelecidos nesta Constituição, nas leis complementares e de acordo com seu estatuto e regimento.

§ 1º - O estatuto não poderá conter expressões maçônicas abreviadas e dele deverá constar disposição segundo a qual:

I - em caso de suspensão ou de adormecimento da Loja, seus bens passarão à guarda e uso da Grande Loja, até que cesse a suspensão ou sobrevenha o seu reerguimento ou dissolução;

II - em caso de dissolução, a Grande Loja incorporará os bens e valores ao seu

patrimônio.

§ 2º - O estatuto e suas eventuais alterações somente vigorarão depois de aprovados pela Comissão Permanente de Leis.

Art. 83 - A Loja é autônoma quanto ao seu patrimônio e à sua administração, nos termos desta Constituição e de leis complementares.

Art. 84 - Constituem atribuições, deveres e direitos da Loja, os especificados nesta Constituição e leis complementares.

Art. 85 - As eleições para os cargos administrativos e comissões permanentes serão realizadas na forma desta Constituição e leis complementares e os cargos estabelecidos conforme o Rito adotado.

Art. 86 - A posse da Administração da Loja dar-se-á, anualmente, entre os dias 24 e 30 de junho.

Parágrafo Único - A posse a que se refere este artigo, em caráter excepcional, poderá ocorrer em data diferente, mediante autorização expressa do Grão-Mestre.

Art. 87 - Como órgãos técnicos e auxiliares, a Loja elegerá as seguintes comissões permanentes:

I - Assuntos Gerais;

II – Finanças;

III – Solidariedade.

§ 1º Os cargos de Venerável Mestre e Orador são incompatíveis com o de membro da Comissão de Assuntos Gerais.

§ 2º Os cargos de Venerável Mestre, Tesoureiro, Hospitaleiro são incompatíveis com o de membro das Comissões de Finanças e de Solidariedade.

Art. 88 - As atribuições, direitos e deveres da Administração da Loja são os especificados nesta Constituição, nas leis complementares e manuais ritualísticos.

Parágrafo Único - O Venerável Mestre e os Vigilantes representam a Loja perante as Assembleias da Grande Loja e, excepcionalmente, Mestre Maçom de seu Quadro, credenciado por escrito pelo primeiro.

Art. 89 - O mandato dos membros eleitos pela Loja é de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - A reeleição do Venerável Mestre, para mandato consecutivo, só poderá ocorrer uma vez.

Art. 90 - A Loja terá um Conselho de Mestres Instalados, composto por todos seus Mestres Instalados, que não se submete a qualquer incompatibilidade e com competência determinada no Regulamento Geral.

Art. 91 - A Loja terá um Conselho de Família composto pelo Venerável Mestre, Vigilantes, Orador, Secretário, Chanceler, Hospitaleiro, Tesoureiro e pelos Mestres Instalados, cuja competência será definida pelo Regulamento Geral.

Art. 92 - As Lojas classificam-se em:

I – Constituídas;

II – Autorizadas;

III - Ocasionais ou de Emergência.

§ 1º - Constituídas, as que, havendo recebido sua Carta Constitutiva Definitiva, passam a exercer a plenitude de seus direitos.

§ 2º - Autorizadas, as que possuem Carta Constitutiva Provisória, com seus direitos limitados nos termos estabelecidos em lei.

§ 3º - Ocasionais ou de Emergência, as mencionadas no oitavo Landmark.

## **CAPÍTULO II**

### **DA FUNDAÇÃO, FUSÃO, FILIAÇÃO, REGULARIZAÇÃO, ADORMECIMENTO, REERGUIMENTO E DISSOLUÇÃO DE LOJAS**

Art. 93 - A fundação de Loja deve ser feita por 7 (sete) ou mais Mestres Maçons, sendo pelo menos um Mestre Instalado, com a participação facultativa de Aprendizes e Companheiros, satisfeitas as exigências legais.

§ 1º - No prazo de até 12 (doze) meses da concessão da Carta Provisória e possuindo a Loja em seu Quadro o mínimo de 15 (quinze) membros, dos quais 7 (sete) Mestres, poderá requerer à Grande Loja sua Carta Constitutiva Definitiva, depois da regularização de seus estatutos.

§ 2º - Não satisfeitas as exigências do parágrafo anterior, a critério do Grão-Mestre, poderá ser cassada a Carta Provisória.

§ 3º - Havendo interesse da Grande Loja, ouvido o Conselho do Grão-Mestrado, o Grão-Mestre poderá dispensar a obrigatoriedade de filiação dos Maçons fundadores.

Art. 94 - Pode ocorrer a fusão de Lojas da Jurisdição, atendidas as exigências de lei complementar.

Art. 95 - A filiação ou regularização de Loja faz-se de conformidade com a legislação complementar.

Art. 96 - Quando não reunir condições para funcionar regularmente nos termos da legislação complementar, a Loja ficará adormecida.

Parágrafo Único - Ficarão sob a guarda da Grande Loja os bens, livros, documentos e símbolos da Loja adormecida, lavrando-se ata discriminada dessa entrega.

Art. 97 - O reerguimento de Loja adormecida poderá ser feito por 7 (sete) ou mais Mestres Maçons, dos quais pelo menos um Mestre Instalado, com a participação facultativa de Aprendizes e Companheiros, satisfeitas as exigências legais.

Art. 98 - A dissolução de uma Loja ocorre por decisão de seus membros, conforme dispuser a legislação complementar.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução de Loja, seu patrimônio incorpora-se ao da Grande Loja.

### **CAPÍTULO III**

### **DOS DEVERES E DIREITOS DAS LOJAS**

Art. 99 - São deveres da Loja:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e ritualísticas emanadas da Grande Loja;

II - eleger e empossar os membros de sua Administração, em se tratando de Loja Constituída Definitiva, cabendo ao Grão-Mestre ou Mestre Instalado por ele designado, instalar e empossar o Venerável Mestre;

III - elaborar seu Estatuto e, após haver sido aprovado pela Comissão Permanente de Leis, registrá-lo nos termos da lei civil;

IV - realizar Sessões nos três graus simbólicos;

V - assegurar aos Maçons seus direitos;

VI - prestar assistência a seus *Lowtons*;

VII - admitir membros ao seu Quadro somente por iniciação, regularização ou filiação;

VIII - manter em dia suas contas perante a Grande Tesouraria;

IX - fazer-se representar nas Assembleias da Grande Loja, nos termos desta Constituição, sob pena de ausente em duas Assembleias, no período administrativo de 1 (um) ano, sujeitar-se às penalidades do Regulamento Geral.

Art. 100 - São direitos da Loja:

I - elaborar seu Regimento Interno;

II - admitir membros por iniciação, filiação ou regularização;

III - colar nos graus de Companheiro e Mestre os membros de seu Quadro, mediante autorização da Grande Loja;

IV - delegar poderes a outras Lojas para, em seu nome, colar, nos graus de Companheiro e Mestre, membros de seu Quadro;

V - autorizar, necessariamente por escrito, que outra Loja ministre determinada instrução a Obreiro a ela filiado;

VI - admitir como *Lowtons* os filhos, enteados e netos, de ambos os sexos, maiores de sete e menores de dezessete anos, de membros de seu Quadro, vivos ou falecidos;

VII - instituir taxas compulsórias a seus membros;

VIII - dispensar, no todo ou em parte, as taxas devidas pelos seus membros;

IX - conceder distinções a membros de seu Quadro ou de outras Lojas;

X - gerir suas rendas nos termos de seu Estatuto;

XI - apresentar projetos de lei à Grande Loja, bem como propor medida de interesse geral da Ordem;

XII - elaborar anualmente seu orçamento;

XIII - promover conferências, observadas as disposições a respeito;

XIV - recorrer das decisões do Grão-Mestre sobre assuntos de interesse da Loja ou de seus membros, no prazo de 30 (trinta) dias, após a comunicação oficial;

XV - mudar de rito devidamente reconhecido pela Grande Loja, mediante aprovação de, pelo menos, 4/5 (quatro quintos) de seus Mestres Maçons.

Parágrafo único - Apenas as Lojas com Carta Constitutiva Definitiva poderão apresentar projetos, votar e participar das discussões, nas Assembleias.

Art. 101 - Ocorrendo pendência, no âmbito da Loja ou com a Grande Loja, fica garantido o direito de recurso da Loja ao Poder Judiciário Maçônico, mediante as condições estabelecidas nas leis da Grande Loja.

## **TÍTULO VII**

### **CAPÍTULO I DOS MAÇONS**

Art. 102 - Maçom é o iniciado em Loja regular.

Art. 103 - A admissão, regularização ou filiação dar-se-á nos termos desta Constituição e das leis complementares.

Art. 104 - É permitido ao Maçom, atendendo ao disposto no Regulamento Geral, ser membro de até duas Lojas com Ritos diferentes, dentro da Jurisdição da Grande Loja.

Art. 105 - Ocorrendo pendência, no âmbito da Loja ou com a Grande Loja, fica garantido ao Irmão o direito de recurso ao Poder Judiciário Maçônico, mediante as condições estabelecidas nas leis da Grande Loja.

Art. 106 - A especificação dos direitos e garantias expressas nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias concernentes ao regime e princípios da Instituição Maçônica ou deles decorrentes, inclusive da Constituição Federal.

### **CAPÍTULO II DAS HONRARIAS E TÍTULOS**

Art. 107 - São honrarias e títulos da Grande Loja:  
Comendas “GLESP” e “2 de Julho”, “Fundação da GLESP”.

Títulos:

Beneméritos

Honorários

Eméritos

Provectos

Parágrafo Único - O Regulamento Geral disporá sobre a concessão das honrarias e títulos.

## **TÍTULO VIII DO SISTEMA ELEITORAL**

### **CAPÍTULO I DAS ELEIÇÕES**



Art. 108 - Os cargos eletivos na Grande Loja e nas Lojas serão preenchidos por eleição em escrutínio secreto, no grau de Mestre, em uma única Sessão, não podendo ser adiada, suspensa ou prorrogada, a não ser por ausência da metade ou mais dos eleitos constantes na lista de votantes.

§ 1º - No caso de adiamento, suspensão ou prorrogação, a votação deverá ocorrer dentro dos próximos 8 (oito) dias, atendido o mesmo *quorum*.

§ 2º - A aprovação do ato eleitoral e a proclamação dos eleitos serão feitas pelo Tribunal Eleitoral Maçônico.

Art. 109 - O direito de voto será exercido pessoalmente.

Art. 110 - É requisito para votar e ser votado ter 50% (cinquenta por cento) de frequência em sua Loja, nos 12 (doze) meses que antecederem a eleição, excluídas as duas últimas Sessões, estar em pleno gozo de direitos e prerrogativas, respeitado o disposto pelo Art. 119, §§ 1º e 2º.

Parágrafo Único - É vedado concorrer a mais de um cargo administrativo na mesma chapa.

Art. 111 - Serão proclamados eleitos os que obtiverem maioria dos votos apurados, excluídos os brancos e nulos. No caso de empate, observar-se-á o disposto no Código Eleitoral.

Art. 112 - Os eleitos em substituição e os nomeados exercerão o cargo pelo restante do mandato.

Art. 113 - A posse do Grão-Mestre e demais membros eleitos para a Administração e Tribunais da Grande Loja será realizada trienalmente, em data fixada pelo Tribunal Eleitoral Maçônico, entre os dias 23 (vinte e três) de junho e 02 (dois) de julho seguintes à eleição. Outras disposições atinentes às eleições serão reguladas pelo Código Eleitoral.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS ELEIÇÕES NA GRANDE LOJA**

Art. 114 - A eleição para Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto, Grandes Vigilantes, Grande Orador e Grande Tesoureiro e seus adjuntos, será realizada trienalmente, no quinto dia útil do mês de maio, em toda a Jurisdição.

§ 1º - O registro da chapa dos candidatos, que estarão vinculados entre si, far-se-á do dia 1º (primeiro) até o dia 10 (dez) do mês de fevereiro imediatamente anterior às eleições.

§ 2º - O Tribunal Eleitoral Maçônico deverá dar conhecimento das candidaturas registradas por ocasião da Assembleia de março que anteceder as eleições.

§ 3º - A escolha para os demais cargos eletivos, órgãos da Justiça Maçônica e Comissões Permanentes, será realizada trienalmente, na reunião ordinária do mês de junho, votando somente os representantes de Lojas.

§ 4º - A aprovação do ato eleitoral e a proclamação dos eleitos serão feitas pelo Tribunal Eleitoral Maçônico.

Art. 115 - São exigências para registro de candidaturas aos cargos de Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto:

- I - ser Mestre Instalado há mais de 7 (sete) anos;
- II - ter idade civil mínima de trinta e três anos;
- III - ser membro em atividade contínua na Jurisdição há mais de nove anos e estar em pleno gozo de seus direitos maçônicos;
- IV - ser indicado por, pelo menos, 7 (sete) Lojas da Jurisdição, inclusive por sua própria;
- V - constar na lista de votantes nas 3 (três) últimas eleições de sua Loja, anteriores à data do registro;
- VI - não haver sofrido penalidade maçônica, aplicada pelo Tribunal, cuja decisão haja transitado em julgado;
- VII - não estar exercendo qualquer cargo na Administração da Grande Loja, na data do pedido de registro.

Art. 116 - São exigências para o registro de candidaturas aos cargos de Grandes Vigilantes, Grande Orador, Grande Tesoureiro e adjuntos destes últimos:

- I - ser Mestre Instalado há mais de 3 (três) anos;
- II - ter idade civil mínima de 33 (trinta e três anos);
- III - ser membro em atividade contínua na Jurisdição há mais de 5 (cinco) anos e estar em pleno gozo de seus direitos maçônicos;
- IV - ser indicado por, pelo menos, 7 (sete) Lojas da Jurisdição, inclusive por suas respectivas Lojas;
- V - constar na lista de votantes nas 3 (três) últimas eleições de sua Loja, anteriores à data do registro;
- VI - não haver sofrido penalidade maçônica, aplicada pelo Tribunal, cuja decisão haja transitado em julgado;
- VII - não estar exercendo qualquer cargo na Administração da Grande Loja, na data do pedido de registro.

Art. 117 – É obrigatório, também, para o registro de candidaturas aos cargos eletivos de Grão-Mestre, Grão-Mestre Adjunto, Grandes Vigilantes, Grande Orador, Grande Tesoureiro e adjuntos destes últimos, a juntada de certidões negativas dos distribuidores forenses federais, estaduais e municipais, civis, de família, criminais, trabalhistas, executivos fiscais e de protesto, abrangendo o último quinquênio, com certidões esclarecedoras, se for o caso.

Art. 118 - Ocorrendo vacância dos cargos de Grão-Mestre ou de Grão-Mestre Adjunto:

- I - no decorrer dos primeiros 12 (doze) meses a partir da posse, proceder-se-á a nova eleição para provimento desses cargos em até 60 (sessenta dias);
- II - após 12 (doze) meses a partir da posse, serão preenchidos pelos respectivos substitutos legais.

Parágrafo Único - Para os outros cargos da Administração, quando ocorrer vacância, observar-se-á o disposto nos incisos deste artigo, cabendo ao Grão-Mestre, na falta de substitutos legais, designar Mestres Instalados para preenchimento dos cargos vagos.

## **CAPÍTULO III DAS ELEIÇÕES NAS LOJAS**

Art. 119 - Constitui requisito de elegibilidade para os cargos de Venerável, Vigilantes, Orador e Tesoureiro, ser Mestre ativo na própria Loja há mais de 3 (três) anos, contados a partir da data da exaltação, filiação ou regularização, até a data designada para a eleição.

§ 1º - Para ser eleito para o cargo de Venerável ou de Vigilante, o candidato deverá ter 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nos 12 (doze) meses que antecederem a eleição, excluídas as duas últimas Sessões e estar em pleno gozo de direitos e prerrogativas. Para os demais cargos, 50% (cinquenta por cento) de frequência, sob as mesmas condições.

§ 2º - Nas Lojas com Carta Constitutiva definitiva há 3 (três) anos ou menos, as condições exigidas neste artigo poderão ser completadas com o período e índices de frequência observados na Loja de origem.

§ 3º - Todos os cargos em Loja, eletivos ou nomeados, deverão ser preenchidos por Mestres Maçons.

Art. 120 - As eleições serão realizadas anualmente, na primeira reunião do mês de maio. Quando houver coincidência de data de eleição da Loja com a de Grão-Mestre e sua chapa, aquela realizará a sua na primeira reunião seguinte.

Art. 121 - Procede-se, em 30 (trinta) dias, a nova eleição para o cargo que se vagar antes de decorridos 6 (seis) meses da posse. Faltando 6 (seis) meses ou menos, assumirá, até o fim do mandato, o substituto legal e, na falta deste, Mestre escolhido por aclamação, em Sessão de Mestres.

## **TÍTULO IX DO VENERÁVEL COLÉGIO**

Art. 122 - O Venerável Colégio, presidido pelo Grão-Mestre Adjunto, composto por Mestres Instalados, é órgão consultivo do Grão-Mestre, para assuntos de Filosofia, Liturgia e Ritualística Maçônicas, cabendo-lhe, entre outras, as atribuições de:

I - estudar as modificações ritualísticas propostas pelo Grão-Mestre, por Loja ou por Mestre Instalado;

II - responder às consultas de sua competência somente após parecer das pertinentes Comissões Permanentes;

III - estudar, permanentemente, assuntos relativos à Filosofia, Ritualística e Liturgia da Maçonaria Universal.

Parágrafo Único - O Venerável Colégio rege-se por seu Regimento Interno.

Art. 123 - O Venerável Colégio poderá organizar Seminários Maçônicos sobre Filosofia, Ritualística e Liturgia Maçônicas dirigidos por Mestres Instalados.

Parágrafo único - O Venerável Colégio, por seu Presidente, deverá comunicar, antecipadamente, ao Grão-Mestre todos os eventos por ele promovidos.

Art. 124 - As despesas para manutenção e funcionamento do Venerável Colégio

correm à conta de dotação própria consignada no orçamento da Grande Loja.

## **TÍTULO X DO CONSELHO REGIONAL DE MESTRES INSTALADOS**

Art. 125 - O Conselho Regional de Mestres Instalados, respeitadas as atribuições do Venerável Colégio e das Comissões Permanentes, destina-se a programar e assessorar encontros maçônicos, coordenar a representação da Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo em assuntos comunitários, atuando sempre nos limites da Região Administrativa em que venha a funcionar.

Parágrafo único - Sua atividade se pautará pelas normas de funcionamento constantes no Regulamento Geral e pela orientação dada pelo Grão-Mestre.

## **TÍTULO XI DA AÇÃO SOCIAL MAÇÔNICA**

Art. 126 - A Grande Loja pode manter, participar, dirigir, ajudar ou criar instituições de beneficência, culturais, escolas em qualquer nível, hospitais, ambulatórios, lares para idosos, casas de infância, abrigos, colônias de férias ou colaborar com entidades de fins congêneres.

Parágrafo único - As entidades sob a égide da Grande Loja ou de suas Lojas devem ter:

- a - personalidade jurídica;
- b - autonomia e responsabilidade;
- c - patrimônio suficiente;
- d - renda própria;
- e - apresentar à Grande Loja balancetes mensais;
- f - apresentar, ao término do exercício fiscal, o balanço e suas demonstrações, para aprovação da Assembleia Deliberativa;
- g - planejar, com a Grande Loja, as atividades para o exercício seguinte;
- h - atender à orientação de seu Conselho de Administração.

## **TÍTULO XII DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO**

Art. 127 - A Grande Loja pode editar livros, revistas, opúsculos e outras publicações.

Parágrafo Único. - O "Boletim Informativo" é o órgão de publicação oficial da Grande Loja e as revistas "A Verdade" e "Grande Loja Urgente" são órgãos de divulgação de matéria maçônica.

Art. 128 - A Grande Loja poderá usar todos os meios de comunicação para expansão dos ideais maçônicos.

### **TÍTULO XIII**

#### **DA PREVIDÊNCIA MAÇÔNICA E DO FUNDO DE BENEFICÊNCIA MAÇÔNICA**

Art. 129 - A Grande Loja manterá, sob sua direção, um plano de previdência e um fundo de beneficência.

Parágrafo Único - A inscrição e contribuição, sob a responsabilidade das Lojas, são obrigatórias para todo membro filiado à Grande Loja, nos termos da lei.

Art. 130. A previdência maçônica será organizada sob a forma de regime geral de caráter contributivo e obrigatório, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá a cobertura dos eventos de doença, invalidez e idade avançada.

Parágrafo único – As condições para o implemento da previdência maçônica devem ser objeto de lei complementar.

Art. 131. O fundo de beneficência maçônica destina-se aos beneficiários dos Maçons falecidos e é regido por lei especial.

### **TÍTULO XIV**

#### **DA OFICINA DE PESQUISAS MAÇÔNICAS**

Art. 132 - A Oficina de Pesquisas Maçônicas, da qual são membros naturais todos os Mestres Maçons da Jurisdição, é órgão de pesquisas da Grande Loja e se regerá por disposição especial.

### **TÍTULO XV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 133 - Os bens imóveis da Grande Loja só poderão ser alienados ou gravados de ônus reais, no todo ou em parte, se 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia, convocada extraordinariamente na forma desta Constituição, assim deliberarem em 3 (três) Sessões consecutivas, com intervalo de 10 (dez) dias entre uma e outra.

Parágrafo Único - A convocação para esta Assembleia será feita por meio de um só edital, observados os prazos determinados neste artigo.

Art. 134 - A alienação de bens móveis, se não prevista sua renovação no Orçamento, só poderá ocorrer se autorizada pela maioria dos membros presentes à Assembleia Deliberativa, salvo os de valor inferior a 1% (um por cento) da Receita arrecadada no mês anterior.

Art. 135 - Os Maçons e membros da Grande Loja, excetuados os do artigo seguinte, não respondem, solidária ou subsidiariamente, por atos por ela praticados ou por obrigações por ela contraídas.

Art. 136 - O Grão-Mestre, o Grande Tesoureiro e o Grande Secretário do Patrimônio, ao assumirem os respectivos cargos, tornam-se responsáveis pelos atos praticados perante a Grande Loja e as leis do País, a partir da posse até a transmissão dos cargos a seus sucessores, ressalvadas as disposições legais.

Art. 137 - Os mandatos eletivos se extinguem:

- I - pelo seu término;
- II - por renúncia;
- III - por vacância, na conformidade desta Constituição e demais leis;
- IV - por sentença condenatória transitada em julgado, proferida pela Justiça Maçônica ou pela Justiça Comum;
- V - por morte.

Art. 138 - A Grande Loja reconhece o direito de asilo maçônico que será concedido pelo Grão-Mestre, depois de ouvido o Conselho do Grão-Mestrado.

Art. 139 - A perda da condição de membro do Quadro de uma Loja implicará a perda do cargo exercido na Grande Loja, a menos que se filie a outra, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 140 - O período administrativo da Grande Loja é de 3 (três) anos e a posse dos novos administradores deverá ocorrer no período entre 23 de junho e 02 de julho, em data estabelecida pelo Tribunal Eleitoral Maçônico.

Art. 141 - É assegurado ao acusado o direito de ampla defesa.

Parágrafo Único - O Juiz ou Tribunal nomeará defensor, quando o acusado não o constituir.

Art. 142 - Conceder-se-á mandado de segurança para proteção de direito individual ou coletivo, líquido e certo, contra autoridade maçônica responsável pela prática de ato ilegal ou de abuso de poder.

Art. 144 - A Constituição somente poderá ser alterada, no todo ou em parte, após 3 (três) anos de sua vigência, mediante proposta de, pelo menos, um terço (1/3) das Lojas da Jurisdição.

§ 1º - Para reforma da Constituição a Assembleia Constituinte poderá ser convocada:

- a) - pelo Grão-Mestre;
- b) - por solicitação de 1/5 (um quinto) das Lojas constituídas;
- c) - por decisão da Assembleia Legislativa, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros presentes em duas Sessões consecutivas, sendo a primeira obrigatoriamente ordinária e a segunda extraordinária, com intervalo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias.

§ 2º - As disposições dos Artigos 133 e 134 só poderão ser alteradas, no todo ou em parte, atendidas as condições estabelecidas no primeiro desses artigos.

Art. 145 - A legislação em vigor na data da promulgação desta Constituição e que com esta não colidir, permanecerá vigente até expressa revogação.

Art. 146 - Ao entrar em vigor esta Constituição ficarão revogados os dispositivos constitucionais anteriores registrados no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos.

Art. 147 - Esta Constituição, aprovada pela Assembleia Constituinte, que se dissolverá em seguida, será registrada de acordo com as disposições do Código Civil Brasileiro e entrará em vigor na data de sua promulgação.

Art. 148 – Fica assegurada a temporariedade dos mandatos eletivos.

Esta Constituição foi promulgada aos \_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, em sessão solene de encerramento da Assembleia Constituinte.

Declaramos que esta é cópia fiel de nossa Constituição (Estatutos), com as alterações aprovadas em Assembleia Constituinte extraordinária, realizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.